



**CÂMARA
MUNICIPAL
NISA**

ATA Nº 17/2026

DA

REUNIÃO ORDINÁRIA

DA

CÂMARA MUNICIPAL DE NISA

DE

06 DE JULHO DE 2026



Município de Nisa - Câmara Municipal
Reunião Ordinária da Câmara Municipal
de 06 de julho de 2026

Ata
Nº 17/2026

Abertura da Reunião

Aos seis dias do mês de julho do ano de 2026, na Vila de Nisa, no Auditório da Biblioteca Municipal Dr. Motta e Moura, na Praça da Republica, em Nisa, quando eram 15h00, compareceram, Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo, Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a fim de se realizar a primeira reunião ordinária do mês de julho da Câmara Municipal de Nisa.

E como se encontravam em número legal para se poderem constituir em Reunião, foi declarada aberta pelo Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. José Dinis Samarra Serra, em cumprimento do que determina a alínea p) do nº 1 do art.º 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Compareceram a esta Reunião, para prestar os esclarecimentos que viessem a tornar-se necessários, relativamente aos assuntos agendados na respetiva Ordem de Trabalhos e que dizem diretamente respeito aos seus serviços, os seguintes funcionários municipais:

Arq. João José Bizarro Portalete da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais, Dr. André Lourenço Gil Alves, do Gabinete Jurídico, Contencioso e Auditoria, Dr. Bento José Sabino Semedo, Chefe de Divisão da Divisão Socio Cultural, Coordenadora Técnica, Senhora Maria do Rosário Cordeiro da Silva, da Seção de Contratualização Pública e Património, Coordenador Técnico, Senhor António José Tomás Martins, da Secção Financeira.

Procedeu-se, seguidamente, à análise e discussão, tendo em vista a eventual aprovação dos processos que constituem a Ordem de Trabalhos, sendo que os resultados e respetivas votações são as que para cada um a seguir se indica e de que é lavrada a respetiva ata, conforme teor do nº 1 do art.º 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto nº 1 - SEA - Intervenção de munícipes

Este espaço é destinado à intervenção de munícipes que se encontrem na sala e que pretendam apresentar assuntos do seu interesse, conforme o disposto no nº 1 do art.º 49º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 1 do art.º 8º do Regimento da Câmara Municipal de Nisa, tendo-se verificado a intervenção dos seguintes Munícipes:

- **Maria Branca Subtil de Carvalho Chambel**, referiu ser munícipe desta terra, tendo a sua morada fiscal em frente, na Praça da República nº37, sendo a entrada principal pelo portão e a entrada secundária pelo portão maior, dizendo que o que a traz aqui a tem a ver com o facto de ser idosa e se ter dirigido já à Câmara, tendo enviado uma carta a expor o seu problema a 12 de março, não tendo tido até hoje qualquer resposta, dirigiu-se à Câmara em princípios de maio, a pedir uma entrevista com o Senhor Presidente, tendo-lhe sido anunciado que não poderia ser recebida porque não tinha dias para receber, tendo-lhe sido recomendando que marcasse através da página da Câmara, pondo o problema e depois aguardar resposta o que não se verificou até à presente data.



CÂMARA
MUNICIPAL
NISA

Município de Nisa - Câmara Municipal
Reunião Ordinária da Câmara Municipal
de 06 de julho de 2026

Ata
Nº 17/2026

Referiu ter um atestado de incapacidade de 73% vítima de uma depressão originada ao longo da vida, com problemas que lhe foram surgindo e neste momento tem que estar completamente assistida, tomando medicação para o efeito, e possuindo também uma incapacidade a nível cerebral, derivado de um tumor cerebral, o que a traz sempre muito inquieta e por recomendação médica, deveria descansar diariamente um bocado após o almoço.

Há três semanas esteve muito doente, quis repousar, esteve 8,10 dias sem poder sair de casa, mas era-lhe completamente impossível pelo barulho que o ar-condicionado da Biblioteca Municipal projeta na sua casa, porque o seu quarto é mesmo em frente, direcionando o ar-condicionado, o ruído para o seu quarto, principalmente os quartos da frente, casa de banho, tendo a varanda que foi fechada, sido transformada numa marquise, onde gosta de estar em contacto com o exterior, sempre viveu muito no exterior e gosta muito de estar ali, o que é quase impossível agora por causa do ar-condicionado, tendo havido um dia que o cansaço foi extremo, eram quase 8 da noite e o ar-condicionado não se desligava, vindo bater aqui à porta, mas ninguém a atendeu, tendo sido atendida posteriormente e sido dito que iriam desligar.

O Presidente, Dr. **José Dinis Samarra Serra**, reiterou as desculpas pelos incómodos causados por esta instalação, que como já confidenciou em público também tem trazido, alguns dissabores desde a sua substituição, não apenas pela variedade de situações que aqui foram referidas, não apenas pelo distúrbio sonoro que é causado e que impossibilita, como disse e muito bem essa tranquilidade na sua casa, mas também por alguma debilidade daquilo que existe no próprio equipamento e internamente também se está a procurar resolver esta situação porque há um contrato, havendo um conjunto de especificações do equipamento que deveriam ter sido consideradas e que ficaram muito aquém daquilo que era a expectativa e, prova disso é exatamente a reformulação que foi feita neste espaço onde nos encontramos, que já não está ligado àquele sistema de AVAC que não apenas vem aqui criar distúrbio à sua pessoa, mas também tem sido um caos em termos de trato e esta sala já se encontra equipada com equipamentos autónomos, como existem situações administrativas que devem de ser regradas tem-se procurado ir de encontro à solução, aquele sistema de AVAC é mesmo para suprimir, na procura de se ter solução muito idêntica aquela que está aqui nesta sala, mas tendo em conta a configuração desta infraestrutura municipal, que tem muitas saídas para o topo, e sabendo-se que o quente sobe e a questão é exatamente reter também o frio, inicialmente teve-se uma situação intermédia que passa por existir aqui várias unidades também fixas, diferentes das do AVAC, mas, tendo em conta a própria realidade do edifício e a dinâmica que o edifício tem pela diversidade de atividades, não tem sido fácil suprimi-lo por completo, estando-se em crer que muito brevemente se irá encontrar a solução certa de eliminação daquele sistema de AVAC e de uma colocação aqui no espaço da Biblioteca Municipal, de situações de split, tal como acontece nessa sala, que sendo uma sala fechada, é fácil regular, mas aquilo que não se tem conseguido é como é possível aqui fazer-se essa transformação, porque há um esvaziamento, quanto mais se fala em eficiência energética, este é um exemplo daquilo que é a inexistência, de condição para a beneficência energética. obras de fundo obrigarão a serem desenvolvidas para que se possa ter uma solução definitiva, ficando a sua promessa, de que o sistema da AVAC, não nos próximos dois meses, três

meses, porque irá ter-se essa dinâmica de Verão, mas muito em breve, será efetivamente substituído por unidades diferentes, para pôr de parte aquele sistema AVAC que existe.

- **Paulo Manuel dos Santos Lourenço**, disse vir aqui por ser uma situação que já se arrasta ao longo dos anos, por entender ser grave e crítica e porque entende que a sua vida e a dos seus familiares está em perigo, porque a qualquer momento o telhado há-de cair para dentro e para baixo, porque tem uma chaminé quase quatro, cinco metros a descolar, desde 2019 em risco de cair, vindo aqui manifestar essa sua preocupação e urgência na resolução dessa situação.

Outra situação prende-se com um terreno que não é seu, do qual fez queixa á GNR/SEPNA, por não se encontrar limpo, tendo sido paga a coima, sabendo-se quem é a proprietária do terreno, tendo ele enviado um e-mail em 18 de junho para a Câmara Municipal de Nisa, não tendo tido até hoje qualquer resposta relativamente ao assunto, querendo demonstrar aqui a sua revolta por essa situação de não responsabilização por parte da proprietária do terreno, pensando que no dia 1 de julho estivesse uma equipa dos separadores ou alguém contratado para o efeito para fazer a limpeza do terreno, julgando que por lei cabe à Câmara Municipal fazer a limpeza do terreno e coercivamente pedir o dinheiro à Senhora proprietária do terreno.

O Presidente, Dr. **José Dinis Samarra Serra**, disse que relativamente à questão dos processos de vistoria do processo administrativo, que decorre, com 3 requerentes salvo erro e como havia já falado no exterior, mas para que fique registado, percebeu, da carta enviada em março, justificou isso quando corre uma situação administrativa, em seio do próprio município, não se pode ser interveniente e decisor para o efeito e naquilo que diz respeito a esse processo, ele tem sido acompanhado pelos técnicos, pelos fiscais e tudo isso decorre, infelizmente com timings que têm que ser obedecidos, mas infelizmente que não vai de encontro aquilo que é a pretensão do munícipe, resolver o problema, e tem que ser resolvido porque existe perigo iminente, sendo que aquilo que disse foi exatamente que face a essa situação entre a instrução técnica e a decisão administrativa, que poderá levar em última instância, à questão da posse administrativa, como já aqui foi deliberado, salvo erro, duas ou três situações em reunião de Câmara, ela possa acontecer, face à inoperância daquilo que é a sujeição e a obrigação do proprietário e internamente vai comprometer também, por um lado, à verificação da questão da chaminé, indo ver o que é que tem que ser feito de imediato, se é que pode ser feita alguma coisa imediata para o efeito, existindo competência do município que tem que ser resolvida em função daquilo que é a competência do município, relativamente à questão da limpeza coerciva, a gestão das faixas de combustível são uma responsabilidade do município e têm que ser obedecidas dentro dos prazos e limites temporais que são exigidos, não valendo a pena estar-se a cortar a erva em março, basta ter-se os exemplos das limpezas das bermas nas estradas municipais, junto aos circuitos das romarias no fim de três meses estão exatamente iguais, mas isto depende da gestão e da capacidade de resposta, comprometendo-se da sua parte, face aquilo que foi a exposição, irá junto dos serviços verificar todas as situações possíveis, na identificação do terreno e tentar perceber o nível de responsabilidade em termos municipais, não podendo dar resposta neste momento

sobre medidas coercivas e também naquilo que é possível dentro dos tempos possíveis, indo ele próprio ao local com a equipa necessária para aferir a questão.

- **Emílio José Caldeira Martins**, disse existir um caminho público, junto á horta da Fonte da Aluada, que já há doze anos ou mais não é limpo, estando cheio de silvas, tendo-se disponibilizado junto do presidente da Junta de Freguesia para lá ir mostrar o local e o caminho, que é publico e que antigamente estava sempre limpo e que agora está uma vergonha.

- O Presidente, Dr. **José Dinis Samarra Serra**, disse que existem responsabilidades que são divididas em função daquilo que que é Câmara e o que é Junta de Freguesia, referindo que fomos fustigados por várias situações neste Inverno e percebe também o problema dos Presidentes de Junta relativamente a determinados trabalhos, sendo que a obrigação em termos de município são estradas municipais, mas situações que possam estar em causa, por incapacidade das juntas de freguesia poderem resolver, como sendo cortes de árvores e tudo mais, tem-se correspondido e é pretensão, até com o regulamento que está também em breve para sair, poder apoiar-se logisticamente com equipamentos municipais, as Juntas de Freguesia, muito recentemente fizeram-se várias reuniões conjuntas no sentido de prevenir, e o prevenir é a capacidade em caminhos vicinais em azinhagas, haver intervenções necessárias da parte das Juntas de Freguesia, tendente às limpezas dos espaços e conferindo a acessibilidade e não só a limpeza propriamente dita, porque aqui também se poderiam enumerar outras situações para o efeito, compreendendo que não é fácil conseguir-se tudo de uma só vez, mas face a essa situação, irá procurar lembrar, cada uma das partes, como tem havido um trabalho muito profícuo com os Presidentes de Junta de Freguesia, de forma articulada, independentemente da natureza política, porque o que está aqui em causa é o serviço público que está associado em identificar situações e poderem ser correspondidas de uma parte, estando na disponibilidade com este regulamento que vai surgir de apoiar logisticamente Juntas de Freguesia com maquinaria. e mão de obra dentro das limitações que existem para apoiar situações que não conseguem ser resolvidas.

Ponto nº 2 - SEA - Período de antes da ordem do dia.

Apreciação e votação de Ata(s) de Reunião(ões) de Câmara

Apreciadas e votadas as Atas das reuniões Ordinária e Extraordinária da Câmara Municipal de Nisa, abaixo mencionadas, que foram aprovadas, conforme a seguir se indicam, tendo sido dispensada a sua leitura (nº1 do art.º 57º da lei nº 75/2013 de 12/09), por terem sido disponibilizadas cópias dos originais:

Ata nº 07/2026 da reunião ordinária de 16/02/2026, aprovada por Maioria, com 4 (quatro) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadoras, Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho e Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e 1 (uma) abstenção por Parte do Vereador, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, por não ter estado presente na reunião.

Ata nº 08/2026 da reunião extraordinária de 23/02/2026, aprovada por Maioria, com 4 (quatro) votos a favor, do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadoras, Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho e Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e 1 (uma) abstenção por Parte do Vereador, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, por não ter estado presente na reunião.

Assuntos para conhecimento:

- Comunicação datada de 01/07/2026, remetida pelo Presidente da Câmara, Dr. José Dinis Samarra Serra, para gozo de 1 dia de férias, dia 2 de julho de 2026, nos termos do artigo 14º da Lei nº 29/87, de 30/06 (Estatuto dos Eleitos locais), republicado pela Lei nº 52-A/2005, de 10 de outubro, na sua versão atualizada.

Informações dos Eleitos:

- Vereadora, Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, pediu Informações acerca da fonte de Alpalhão dado ter questionado o executivo na última reunião e até à data está exatamente tudo na mesma, continuando a fonte sem torneira, tendo sido a solicitação feita por si, precisando de saber se há alguma solução, porque param ali turistas, estando a fonte junto a um restaurante, havendo já há queixas porque pretendem sentar-se por vezes ali ao pé da fonte, na mesinha, e, para além da sujidade, merecendo a fonte o seu reparo, visto são os serviços municipalizados que podem fazer alguma coisa relativamente a este assunto.

Como bem se sabe estão a chegar as festas também, as festas das várias freguesias e uma delas também é lá na freguesia de Alpalhão, a questão do Jardim preocupa-a e tem vindo a falar nisto há anos, porque já no outro executivo, neste, o Senhor Presidente disse aqui e bem, que iria proceder aos arranjos ou que iria alterar a estética do jardim, lembrando-se de ter ouvido isso numa reunião, mas o que é certo é que o tempo vai passando e o lago continua sem água, cheio de bichos, os focos partidos, só lá vai uma empresa, uma vez por mês, tirar os lixos, vai até aquele tipo ribeiro, que não era Ribeiro, mas era aquelas águas que vinham de um fontanário para o outro, está tudo cheio de folhas, está tudo entupido, sendo isto a imagem de Alpalhão, é a imagem do Concelho de Nisa, porque arranjou-se um largo bonito com a cabaça, estando tudo bonito, tudo limpinho, tirando o lago, depois vai-se ao outro Jardim que foi feito por outro executivo e está completamente ao abandono, gostando também de saber como é que está a situação referente ao Centro Cultural, uma vez que está cheia de rachas, a parede de suporte que está junto às oliveiras que dão para a parte de trás do Monte Filipe está rachada e com perigo de queda.

A obra do Centro de Saúde de Alpalhão está em completo abandono, como já aqui referiu, passando o tempo e as coisas mantêm-se na mesma.

Depois do que ouviu aqui hoje por algumas intervenções, relativamente à limpeza de bermas ou de caminhos, sendo verdade que também já foi Presidente de uma Junta e sabe até onde se pode ir, até ao perímetro urbano, é que podes limpar, depois já contempla outras entidades se se sair do perímetro urbano, no entanto, há quem entenda que deve trabalhar assim e depois há outros quem entendem que não, pelo menos até onde há casas, sendo da Junta Autónoma, sendo da Câmara, sendo da Junta de Freguesia, tanto a Câmara como a Junta deviam unir esforços para limpar até onde há casas, porque se calhar também se evitava muitos fogos, e é isso que se as nossas entidades públicas não forem percebendo, qualquer dia temos Portugal a arder, porque fazem-se queixas em 2019, vêm as reuniões de Câmara em 2026, antigamente até havia os cantoneiros de limpeza que andavam o ano todo a limpar, agora só se limpa quando começa o Verão, sendo óbvio que depois os fogos acontecem, se as Juntas não interferem, a Câmara tem que interferir, se o Estado não interfere, alguém tem que interferir

Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, referiu ter várias questões e a primeira questão prende-se com a nota da Presidência, que pensa que terá sido divulgada no dia 29/06, sobre a intenção de cobrar ingressos no Nisa em Festa após o executivo ter deliberado o chumbo da proposta anterior. Lembrando ao Senhor Presidente que, de facto, a Presidência representa todo um executivo e não tendo havido, da parte do executivo, essa tomada de posição, ela, quanto a si, é de facto abusiva da vontade deste executivo. Por outro lado, perguntou ao Senhor Presidente, uma vez que na passada quinta-feira, cerca das 9H30 da manhã, foram entregues duas propostas, uma dando eco àquilo que era a Nota da Presidência, sobre os ingressos do Nisa em Festa e outra sobre as Bolsas de Estudo para os estudantes do ensino superior. Essas propostas não foram colocadas na ordem de trabalhos desta reunião, o que para si, foi talvez um lapso, mas em todo o caso, gostava de perceber porque é que não foram colocadas. Desta feita, a proposta de valor de ingresso para o Nisa em Festa, já não deverá ser integrada, uma vez que temos nesta reunião uma proposta assinada pelo Senhor Presidente para a cobrança desses ingressos. Por isso, aquilo que peço é que em relação a essas duas propostas, a da Bolsa possa vir na próxima reunião, a dos preços para o Nisa em Festa, possa ser retirada porque, de facto, hoje já está aqui uma proposta. Contudo gostava de perceber porque é que elas não foram integradas na ordem de trabalhos da presente reunião. A segunda questão prende-se com a Paróquia de Nisa, uma vez que foi confrontada por alguns munícipes, que a questionaram sobre o motivo porque até hoje ainda não tinha sido aprovado, ou se já tinha sido, porque de facto aquilo que lhe perguntaram foi porque é que tinham votado contra a atribuição da verba à Paróquia para pagamento de um funcionário que está na Igreja Matriz. Referiu que o que sabe sobre a questão, porque teve a oportunidade de pesquisar e ver as atas do ano anterior, essa verba vem conjuntamente com as propostas para apoios às associações. No ano passado estava considerada uma verba de 12.500 euros, tendo referido que até hoje ainda não veio à Câmara essa proposta e que presume que virá exatamente como no ano anterior, integrada na proposta de apoios às associações. Pelo que perguntou ao Senhor Presidente se esta proposta vai demorar muito, porque já percebeu que isto é um constrangimento que no fundo lhes está a ser imputado e aos restantes vereadores da



oposição, sem ter vindo aqui sequer nenhuma proposta, pelo que a partir do momento em que as pessoas lhe perguntam, não é ela que é obrigada a fazer uma proposta para resolver o problema. Relativamente também à questão, e antes de entrar no ATL e na problemática das inscrições que ocorreram no dia 22/06, lembrou o Senhor Presidente que na reunião de dia 19/06, aquela reunião que acederam a alterar do dia 15 para dia 19, na reunião de dia 19/06 e pensa que até terá sido a Vereadora Ana Cecília que chamou à atenção do Senhor Presidente que sempre que há eventos patrocinados pela Câmara, o executivo deve ser informado de que eles irão ocorrer, e bem, deverão ser também convidados para estar nesses eventos. Dizendo ao Senhor Presidente que foi confrontada, mais uma vez, com uma chamada no dia 20/06, em que lhe perguntavam porque não estava na inauguração da exposição que ocorreu na Casa das memórias. Tendo respondido que não sabia, que não foi convidada nem informada. Chamando a atenção do Senhor Presidente, já nem é porque fica bem, já nem é porque é educação informar o executivo, é porque fazem parte deste executivo e de facto, aquilo que acontece muitas vezes é não aparecerem, não justificando porque não aparecem, e as pessoas ficam com a ideia de que são mal-educados e que nem lhes dão uma explicação para não aparecer. Principalmente os eventos que são patrocinados pela Câmara, seria de alguma cordialidade, institucionalmente correto que o Senhor Presidente fizesse chegar, durante as reuniões, nota dessas situações, uma vez que a Câmara está a apoiar a sua realização. Em relação às inscrições no ATL e ao que aconteceu no dia 22/06, disse que gostava de perceber, isso porque também acabou por perceber que no dia 22/06, alguém se terá dirigido às instalações para fazer uma inscrição às 9,30H00 da manhã e que supostamente as 70 vagas estariam preenchidas e alguém terá, ou seja, a funcionária que recebeu a pessoa terá dito que antes das 9 da manhã já estavam a fazer as respetivas inscrições, por isso gostaria que o Senhor Presidente, até porque fica mal, sendo uma exposição que deixa a todos muito mal, gostando de ouvir da parte do Senhor Presidente se isso foi assim, se às 6 da manhã as instalações foram abertas para receber as inscrições, porque se foram, tinha que estar divulgado e, de facto, o que é que aconteceu em relação a este processo para o ATL das crianças.

- **Vereador Senhor João José Cabim Malpique Rufino**, referiu que parte das questões que tinha para colocar, já tinham sido colocadas pelas suas colegas, dizendo que na última reunião esteve presente o senhor Manuel Tremoceiro referindo que não havia resposta por causa da falha do autocarro que estava avariado, perguntando se essa situação se resolveu, se não, se houve decisão sobre o pedido para o Centro Comunitário da Salavessa.

Sobre a situação que receberam, deram-lhes conhecimento da resposta da Câmara sobre a queda das árvores no cemitério de Nisa e sobre o aquilo que foram os danos causados naquelas duas campas que foram lesadas, questionando se já há posição e se a Câmara efetivamente não tem nenhuma responsabilidade sobre o assunto, porque ao invés, nas câmaras aqui mais próximo, aconteceram situações idênticas e a Câmara veio a suportar os seus custos.

Disse ter sido referido que relativamente ao Polidesportivo da Cevadeira e ao de Alpalhão, por causa da realização dos torneios de Futsal, achando que vai haver agora durante estes



períodos, dizendo que esteve junto ao campo de futebol da Cevadeira e a situação está precisamente igual, a questão da rede está danificada, não houve qualquer pintura e se calhar a pintura já não vai a tempo, havendo a situação que já tinha sido aqui dita sobre a questão do bebedouro que continua a verter água para o sumidouro mais próximo e não há bebedouro, no entanto deve estar de qualquer torneira subterrânea ou qualquer coisa do género, não está visível e deve estar a largar água para o sumidouro, havendo consumo de água sem a população poder beneficiar dela, também a questão do próprio equipamento urbano envolvente aquele espaço que precisa de ser cuidada, chamando a atenção para o estado da limpeza urbana, porque muita gente, muita gente mesmo, podendo-se constatar em determinados sítios, com ervas enormes, tendo visto hoje que estavam praticamente todos os funcionários na Praça da República a fazer a limpeza, mas o que é verdade é que há outras zonas de dentro do perímetro urbano que precisam ser limpas, dá uma imagem não muito abonatória.

Sobre a situação das casas de banho na paragem dos autocarros, disse ter sido aqui dito que iam temporariamente deslocar a casa de banho que estava no fundo da Devesa de trás para junto da paragem dos autocarros para servir provisoriamente para que a coisa possa funcionar e dar apoio a quem é utente da Rodoviária e até ao momento ainda não existe situação nenhuma.

Relativamente ao monumento dos combatentes, havia uma ligeira vedação, desapareceu de lá aquela redação, havendo um marco que está ligeiramente tombado, sabendo-se que se calhar aquilo dá uma má imagem de conforme as coisas estão perguntando para quando é que está prevista a conclusão da obra sugerindo que provisoriamente, se calhar, tapar ou fazer um tapume para que a coisa não possa estar nas condições em que está.

Sobre a questão do Centro de Saúde de Alpalhão, disse que gostaria de ouvir alguma situação.

Sobre a questão apresentada pela Dona Maria Branca, disse que é bem verdade que ao passar-se se verifica o ruído enorme que faz aquele sistema que já estava completamente obsoleto, faz muito ruído, dizendo que foi feita uma intervenção nesta sala, achando que não é a mais correta, dizendo que hoje ainda se está sofrível, mas que no dia da Assembleia não conseguia aqui estar, achando que era preferível deslocar o aparelho, ou os serviços técnicos verem qual é a melhor solução, porque acha que não está funcional, afirmando que por isso a eficiência energética não foi assim tanta, tendo que se resolver o problema de outra forma.

Sobre a transmissão das reuniões em direto, continua-se a aguardar para quando é que é, o que vai acontecer e a constatação que já foi feita aqui pela sua colega Vereadora Fernanda da situação de aparecer uma proposta divulgada ao público sobre a questão do Nisa em Festa, quando não foi discutida aqui, já tinham dado uma indicação e votaram num sentido.

- **Presidente Dr. José Dinis Samarra Serra**, referiu que relativamente à fonte de Alpalhão, já foi reportado aos serviços, à semelhança daquilo que é, aquele espaço também aquela caleira que tem que ser substituída, não se conseguindo chegar a todo o lado, mas está reportado à semelhança também o nível de intervenção sobre as paredes do Centro Cultural de Alpalhão, principalmente aquela situação em concreto.

Relativamente à questão do jardim, reiterando aquilo que foi já dito e que havia sido pedido, é uma intervenção que vai contemplar três realidades, a piscina municipal de Alpalhão e o Mercado Municipal de Alpalhão, tudo isso está a ser desenvolvido projeto neste momento para o devido efeito, não se podendo querer que as coisas apareçam em dois, três dias, internamente o projeto está a ser desenvolvido quer a nível da piscina municipal, quer a nível do mercado, a seu tempo serão apresentadas as soluções em termos de arquitetura para o devido efeito, sendo feita a manutenção do espaço, havendo situações que têm que ser corrigidas de raiz, quando se fala relativamente ao lago, ele não poderá funcionar se tudo aquilo que está relativamente ao funcionamento do circuito da água está completamente inoperacional e não se vai pretender fazer uma retificação, quando há previsão de um projeto arquitetónico, relativamente à limpeza, não é verdade, ela tem sido feita.

Relativamente às duas propostas, a ordem de trabalhos foi despachada por si no dia 01/07, a sua proposta foi feita no dia 29/06, no dia 02/07 não esteve ao serviço, as propostas foram conhecidas no dia 03/07, relativamente à questão da proposta da Presidência, sobrepor-se à vossa proposta, ela vai ser discutida hoje e reserva-se para o efeito.

Relativamente à questão que diz respeito à parte correspondente ao regulamento, conforme já havia mencionado, na reunião da Assembleia Municipal, o regulamento está a ser desenvolvido, indo ser apresentado na brevidade, tendo se calhar que ser acelerado para dar cumprimento à deliberação, sendo bom não esquecer, que houve um orçamento chumbado que já previa exatamente essas Bolsas de Estudo, tendo que se fazer a alteração no sentido, primeiro tem que se fazer o regulamento, por isso, irão acelerar para que ele apareça para o efeito e está a ser desenvolvido não propriamente confessa com aquilo que é interpretação da oposição e seguindo o exemplo de alguns regulamentos existentes no contexto municipal, na abrangência, na equidade de tratamento, existem aqui algumas situações, que serão discutidas, aquando trazido a proposta.

Relativamente à problemática das inscrições, disse não ter havido problemática nenhuma, as pessoas é que se precipitam relativamente a determinadas situações, explicando que normalmente chega à Câmara por volta das 7H15, 7H30 e meia entre as 7:30 e as 9H30 da manhã é o momento adequado para fazer muitos despachos, tudo aquilo que é processo administrativo, uma análise cuidada e reflexiva e dedicada, todos os dias às 8H15 da manhã, procura ir ao bar que abre às 8H30 para beber café, a fila àquela hora já estava em mais de 50 pessoas, aquilo que foi feito e que pode ser testemunhado por quem procedeu às inscrições foi ele e o Vereador José Leandro que mandaram entrar as pessoas e fizeram as inscrições, e as inscrições obedeciam a duas situações, a Academia de Férias dos 3 aos 12 e dos demais até aos 16, tendo feito as inscrições para poderem resolver, aquela amalgama de gente que já ali estava, confessando que só saiu de lá às 9H30, e este episódio não tinha acontecido, das 08H00 às 9H30 realizámos realizaram-se cerca de 60 a 70 inscrições, deixando as pessoas inscrever-se, sendo que não diferenciaram aquilo que eram as inscrições entre a atividade da Academia de Férias dos 3 aos 12 e dos 12 aos 16, foi tudo colocado por ordem de entrada relativamente a essa matéria, quando a funcionária disse que já estavam inscritas as 70 pessoas, não impossibilitou de fazer a inscrição, a pessoa de que está a falar que fez queixa, fez uma



reclamação formal e irá ser respondida formalmente, mencionou que estavam fechadas as inscrições, sendo isso mentira porque a própria pessoa fez a sua inscrição e o que aconteceu foi, o trabalho que teve de existir e também aí, terá sido lapso seu, porque quando fizeram as inscrições, não olharam para o segundo formulário, olharam só para o formulário na percepção de que depois iria ser dividido pelos dois grupos de que aqui se está a falar, feita essa separação e verificando-se ainda um nível de inscrições superior àquele que estavam a prever para a Academia de Férias, tomou uma decisão de perguntar aos pais, por intermédio do serviço social, se porventura os miúdos de 11 anos que já têm uma idade de transição, se os pais estariam de acordo em transitar da Academia de Férias para a Academia de Férias Júnior, o que permitiu que todos aqueles que estavam inscritos, quer para a Academia de Férias, quer para a Academia de Férias Júnior, fossem considerados, pelo que relativamente a essa observação de alguém que fez a reclamação o que é verdade, não pondo em causa, se não está a frequentar é porque não trouxe os filhos, mas, para além disso, já houve outros que se haviam inscritos a posteriori e também já estão a frequentar, sendo essa a situação relativamente à Academia, pelo que às vezes as pessoas no momento, procuram criar ali um problema, mas os problemas estamos cá para resolvê-los e assim foi.

Relativamente à informação do executivo, sobre a questão do protocolo, cabe-nos a nós e às entidades que são envolvidas, ou intervenientes no processo, sendo como os jogos do Alto do Alentejo, foram feitos convites oficiais a partir da Comunidade Intermunicipal.

A falha no autocarro, ainda está em situação de resolução, não tendo sido respondido, porque foi aqui respondido em sede de reunião, face à ausência de equipamento, não era possível, salvaguardar essa situação.

Relativamente à queda das árvores, os reclamantes já foram informados das respetivas respostas, as propriedades das campas são privadas e existirá responsabilidade privada nesse mesmo sentido.

Relativamente à questão do polidesportivo e bebedouros, há uma série de que já foram adquiridos e vão ser repostos, portanto, na brevidade, chegaram na semana passada para o efeito e quanto à questão da pintura não é já possível fazê-la, as redes estão a ser corrigidas dentro do possível, mas a intervenção vai ser mais profunda e o equipamento urbano também vai ser retificado.

No que diz respeito à limpeza urbana confessou que tem alguma dificuldade em responder, tendo em conta o esforço que tem sido feito da parte dos nossos funcionários municipais. escusando-se a responder tendo em conta o esforço que tem havido nessa matéria e não são assim tantas ervas como tudo isso, gostando muito que verificassem noutros sítios, dizendo ser de mau tom pôr em causa o trabalho que é desenvolvido pelos nossos colegas e colaboradores relativamente àquilo que é a projeção dos equipamentos que aqui estão.

Relativamente às transmissões das reuniões, respondeu em sede da Assembleia Municipal, julgando que deve ter estado atento à sua resposta.

Ponto nº 3 – SF/TESOUR - Deliberação Nº 263/2026

Resumo Diário de Tesouraria.

A Câmara Municipal de Nisa reunida, aprova por unanimidade, com 5 (cinco) votos favoráveis, Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e dos Vereadores, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, nos termos da documentação disponibilizada pela Secção Financeira e cuja cópia fica arquivada em pasta anexa à presente Ata, a situação relativa ao Resumo Diário da Tesouraria nº 119, referente ao dia 29 de junho de 2026 e em que os respetivos numerários são os a seguir transcritos:

- Operações orçamentais: 3.509.326,15 €
- Operações não orçamentais: 184.396,56 €

PONTO Nº 4 – Presidência – deliberação /2026

Proposta de preçário "Nisa em Festa 2026" e afetação solidária das receitas de bilheteira.

Intervenções:

- Vereadora, Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, disse que houve uma reunião de Câmara, onde veio este ponto à reunião em que se esteve aqui com o mesmo preçário, agora vem mais escrito, mas os valores são quase iguais, querendo aqui deixar a sua opinião para que fique escrito em alta, o Senhor Presidente tentou justificar a introdução de um bilhete pago para o Nisa em Festa com o argumento de solidariedade depois de terem chumbado o preçário, se esse era o objetivo do executivo, fazer bilhetes solidários para o Nisa em Festa, a proposta que aqui veio no dia em que foi chumbada, a proposta que disseram que iriam chumbar a proposta porque no seu entender, na altura até se falou que o Nisa em Festa foi criado por causa do outro evento, da Nisartes, na altura, quando houve aquela situação da Troika, que era para encurtar despesas e resolveram fazer o Festas na Praça, entretanto, aquilo passou para o Nisa em Festa, mas isso já eram outras questões, nessa reunião disseram aqui que eram contra o pagamento das entradas, tendo sido isso que ficou decidido e foi a votação, se foi votado isso a 15 dias das festas de Nisa, parece um bocado estranho mudar uma proposta e depois ir fazer essa proposta em termos solidários e nessa reunião quando chumbaram o pagamento das entradas também propuseram, não sabendo se isso foi tido em conta, daí que coloquem aqui as questões, sabendo que nunca tem resposta ou então as respostas são ignoradas, sabendo apenas que está a ser tratado, tendo ficado estupefacta quando nessa reunião, se decidiu isso, julgando que ficava assim, ou então realmente o executivo poderia trazer outra proposta e viria a votação, propuseram também que não houvesse gradeamento ao pé dos espaços comerciais, propuseram que convidassem todas as associações do Concelho, não sabendo se isso aconteceu, sabendo contudo que o ano passado houve três ou quatro associações de Alpalhão que não foram convidadas, havendo duas ou três de outras freguesias que também não foram, e também propuseram que fossem convidados todos os artesãos do Concelho, sabendo que isso não aconteceu porque sabe de

alguns que não foram, não lhe parecendo justo, porque o Senhor Presidente ganhou a Câmara, tudo bem, mas estão aqui todos para trabalhar em conjunto, agora vêm fazer notas da Presidência e até tentar colocar umas festas que são para o povo, para dividir as pessoas, sendo isto estar a misturar a solidariedade com uma campanha política.

-Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, disse já ter feito uma abordagem anterior sobre este assunto confessando que ficou perplexa com a Nota da Presidência e nesse sentido, de facto, decidiram avançar com uma proposta, até porque o Senhor Presidente não esteve presente nesta reunião, a posição da reunião anterior prendeu-se com o facto que, em primeiro lugar, entaipar o Centro da Vila, quando o Nisaartes terminou, passou a ter-se a Festa na Praça esteve sempre aberta, nunca foi entaipado, sendo isso um assunto que se deve discutir em sede própria, se não nos ouvem ou não querem entender a nossa posição, achando que é uma falta de educação permanente, percebendo que o Senhor presidente não gosta de a ouvir falar, mas infelizmente ela está aqui, achando por isso que se quer que ela fale sobre a proposta muito bem, se não quer ela não fala, votando só.

- Vereador Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, disse terem feito relativamente a este ponto uma votação na reunião em que o Senhor Presidente não esteve, o senhor vereador esteve presente, apresentou o ponto, fizemos uma quantidade de propostas e indicações para que fossem tidas em conta e a sua surpresa foi agora nesta proposta não se verem refletidas nem nas atitudes anteriormente a este procedimento, indo aqui falar só nalgumas que já foram abordadas aqui, a questão em que pretendiam devolver a Praça a quem a utiliza, a quem nos visita e aos habitantes e comerciantes do local, evitando a vedação do espaço e evitando também problemas que houve a nível de segurança, esses sim, porque as pessoas estavam cá fechadas dentro e não podiam sair para fora com a presença do senhor Conchinha, dirigente da proteção civil, ele presenciou o que se aconteceu o ano passado e filmou constatando a situação para que sirva de exemplo, a divulgação do prazo das candidaturas para a participação dos artesãos e as atividades económicas vinha no regulamento ou nas normas que aqui apresentaram que eram as inscrições até dia 30 de junho e aquilo que foi sugerido é que então fosse tornado público com a divulgação de um cartaz, para que todos tivessem a possibilidade de se poderem candidatar para não acontecer o que aconteceu em determinados anos que quando chegou, por exemplo, o convite à Junta de Freguesia já tinha ultrapassado o prazo para se poderem candidatar, para que as coisas não aconteçam dessa forma, pretendeu-se que fosse feito um cartaz com a divulgação, da possibilidade de das instituições, dos artesãos e das atividades económicas se poderem instalar, depois o júri, como estava definido, fizesse essa avaliação, mas pelo menos dava-se a possibilidade a todas as pessoas para poderem participar.

Foram também confrontados que já tinha havido uma negociação por causa da representação da venda das bebidas unicamente de um fornecedor, achando que isto no fundo é limitar aquilo que é a ação de do comércio local e não só achando que deveria dar-se a possibilidade de todos os intervenientes, quem tem o seu espaço, poder negociar com quem está a vender, porque todas as empresas quando são convidadas, o acordo é sempre este, se vendem as bebidas, têm que lhe dar assistência, perguntando se os copos utilizados pelas tasquinhas

que são vendidos a um preço, tendo sido esclarecido que são fornecidos, são oferecidos pela autarquia aos bares que estão presentes ou como é feito, tendo sido esclarecido que são vendidos e são ressarcidos pelo valor de custo e são ressarcidos do valor quando da devolução dos respetivos copos, se devolve os copos é ressarcido, requisita 1000 copos, paga os 1000, devolve 900 recebe, recebe o valor correspondente.

Referiu também a necessidade de haver o apoio médico ou de enfermagem no espaço em sítio visível para permitir uma rápida e eficiente, porque os bombeiros fazem o seu melhor. mas por vezes nos vários eventos em que visitamos todos praticamente têm esse tipo de assistência, achando que era bom dado que aqui não tem acontecido, ou melhor, já aconteceu o ano passado, mas devia de haver um sítio, um ponto de encontro para que fosse facilmente identificável.

A questão da gratuidade dos ingressos e depois o desrespeito que foi, da Vereação que está aqui, votou-se num sentido e isso já foi aqui referido e depois aparecem com uma proposta para a comunicação social antes de ser voltada aqui.

- Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. **José Dinis Samarra Serra**, disse que aquilo que os traz aqui não é estar-se a discutir se é 5, 7, ou 12 euros, se é 1 euro ou se é o que for, aquilo que se prende aqui é sobretudo a visão que cada um tem sobre o Nisa em Festa, ao querer destruir o Nisa em Festa e sobre a forma como se entende que este evento, esta dimensão, deve servir a população como tem bem servido nos últimos anos, assumindo plenamente a proposta que foi apresentada como proposta da Presidência, que, como diz, continua a ser uma proposta coerente.

Relativamente à primeira proposta porque a primeira proposta, o aspeto da solidariedade estava vincado no Fundo Municipal de Ação Social, foi transformado para outro contexto, é responsável e politicamente clara e vai na senda daquilo que tem sido as realidades do Nisa em Festa, evidentemente que se foi habituando a população da generalidade com cartazes de excelência, querem que tal aconteça, mas também querem preservar os preços acessíveis e aquele que traz aqui em termos de proposta é realmente acessível e simultaneamente fazer que toda a receita da bilheteira reverta para quem todos os dias serve a população, e foi identificado na proposta que seriam os Bombeiros Voluntários de Nisa e as sete IPSS com resposta a ERT'S do território, pelo que com esta proposta não fica nenhum euro em posse do município, toda a receita que é gerada vai regressar à Comunidade e esta é uma opção política deste executivo em funções e aqui é preciso refletir-se sobre algumas incoerências que também acontecem da outra parte em termos de oposição, confessando, que em primeiro lugar teve dificuldade em compreender essa proposta intempestiva e apresentada pela sua incoerência e justificando porque é que fala em incoerência, porque se durante semanas se ouviu defender e aqui foi dito novamente e nas redes sociais que comentava o contexto da gratuidade do evento disseram que o evento deveria ser gratuito, não foi isso que foi votado, o que foi votado foi a proposta, portanto, essa é a vossa proposta para uma alternativa, contudo, agora apresentam em conjunto uma proposta que vem com um preço por ingresso, perguntando em que ficamos, ou mantém essa questão do gratuito ou esse deixou de ser o princípio, e se afinal defendem que a existência de bilhete é reconhecer implicitamente que a posição anterior não fazia sentido, pede que lhe permitam também essa subjetividade.

relativamente à questão, mudaram de opinião, têm de facto todo esse direito, para o efeito, mas também deveriam explicar à população porque é que mudaram e reparem muitas vezes é aqui trazido exemplos noutras câmaras, faz-se assim ou faz-se assado bem aqui bem perto, já se pôde observar que houve eventos gratuitos e passaram a ser pagos também simbolicamente, depois há outra questão que lhe causa algum transtorno se se está a falar de solidariedade ou se se está a falar de uma esmola, porque é assim, justificam que esse euro, que deve ser o preçário, dizendo que representam um gesto solidário, mas discorda em absoluto desta matéria, a solidariedade não se deve medir pela sua intenção e essa intenção que vem a destempo, aquilo que disse há pouco, mede-se sobretudo pelo resultado que ela pode proporcionar àqueles que são os respetivos beneficiários com 1 euro e a sua reflexão foi tendo em conta a contra proposta, com um euro por bilhete que apoio efetivo, se está a dar verdadeiramente aos Bombeiros ou às IPSS com respostas épicas do território, estando-se a falar de instituições que diariamente são confrontadas com dificuldades, mas que sem dúvida são aquelas que asseguram respostas sociais, respondem àquele que é o socorro às populações, respondem àquele que é a natureza de proteção civil e apoio às famílias, por isso, aquilo que está aqui em causa é estar-se a considerar um financiamento sério para as entidades e para isso não precisam de um gesto simbólico de uma esmola, chamar solidariedade a uma receita que é praticamente residual, aproxima-se mais daquilo que tem chamado de esmola do que propriamente uma política social que se possa vir em conjunto, enveredar e aprovar pessoalmente, naquele que é a posição, não o quer fazer com políticas de esmola, querendo-se verdadeiramente desenvolver todos os mecanismos necessários, nomeadamente para essas entidades que possam permitir a capacitação financeira dessas instituições do território e esta é a grande diferença que os separa relativamente àquilo que foi a proposta da Presidência e àquilo que foi a proposta intempestiva da proposta conjunta e os números demonstram exatamente esse discurso, e olhando um pouco para os números faça-se um exercício simples, de reflexão de cálculo, admitindo exatamente o mesmo número de participantes nestas duas realidades que estão aqui, distintas, suponha-se que traz, por exemplo, 3000 pessoas diárias, que é bastante permissível gerar com a proposta da Presidência, está-se a falar numa receita, mesmo com o primeiro dia gratuito de aproximadamente 90.000 euros, que seriam distribuídos integralmente, 50% para os Bombeiros, os demais 50% para distribuir eruptivamente para os IPSS, se a proposta de um euro fosse aquela que prevalecesse, estava-se a falar de 12.000 euros, 6.000 euros para os Bombeiros, ou seja, só com este pequeno exemplo, está-se a falar de 78.000 euros de diferença, de benefício para as instituições, cerca de 87% de diferencial e esta é uma realidade, é esta a diferença que existe entre a proposta e que clarifica claramente aquilo que reforça verdadeiramente quem serve a Comunidade e uma proposta que se limita a criar um efeito simbólico, com esta proposta que é aqui trazida se porventura se tivesse a primeira proposta aprovada, aquela que veio e foi deliberada negativamente, a receita ia para o município e o município geria para o contexto social, como tem sempre feito, havendo aqui uma revisão, ou seja, a solidariedade continua a existir, existindo há aqui um diferencial, para as instituições que são beneficiadas, aqui quem verdadeiramente deve em termos daquele que é divergência das duas, é a realidade da nossa Associação de Bombeiros e das IPSS com respostas sérias, quem perde são as instituições que diariamente cuidam dos idosos, que

cuidam da proteção, que prestam apoio social, por isso, volta a dizer que aqui não se trata de 4, 5, 7,5, 10 euros, é só distinguir o que é que pode ser o benefício de 90.000 euros para um comparativo de 12.000 euros e depois e aqui politicamente tem que fazer esta apologia, dois pesos e duas medidas, principalmente da parte da oposição da CDU e vai aqui manifestar exatamente essa sua opinião e ela é subjetiva, havendo aqui uma certa incoerência que não pode deixar de assinalar, criticam-se os preços do Nisa em Festa, mas de facto nunca os viu indignados relativamente a uma festa que é feita em Setembro, perguntando se são solidários, se é simbólico, este gesto solidário ou se não existe qualquer problema em cobrar e pagar e os dados falam por si, este executivo em funções e o anterior nunca financiou partidos políticos, apoia pessoas, apoia instituições, apoia Bombeiros, apoia IPSS, apoia a Comunidade, já em 2008, 2009, as evidências falam por si, Partido Comunista Português, outra falsa questão, é uma evidência, dizendo que se quiserem cópias, manda tirar cópias. Disse ter sido informado, pensando que terá sido uma declaração do PSD, pedindo desculpa, se não foi, normalmente não vê, que esta distribuição iria pôr em causa, os subsídios habituais às instituições, achando que está escrito algures, não sabendo se é verdade, pensando que terá sido o PSD, dizendo que isto nunca esteve em causa, perguntando onde está a proposta que desvirtua exatamente aquele que é o subsídio regular que se tem dado com esta situação em concreto, onde é que se verifica esse corte para existir esse corte, teria isso que vir aqui e não aconteceu, por isso, lamenta também que tenha havido esta situação e é bom que se recorde que o orçamento foi chumbado pela oposição, tratando-se do mesmo orçamento que previa as verbas às associações e instituições continuam a manter-se de forma corrente naquilo que é exatamente o que estava previsto e exemplo disso, foi aquele que foi o exercício que foi feito em conjunto no início do ano relativamente às IPSSS, às Juntas de Freguesia, infelizmente, pelas questões que aconteceram, o que aqui é trazido com esta proposta é um reforço, não tendo ninguém nunca dito que foi deliberado em matéria de este ser substituto do outro, é financeiramente complementar, ficando escrito, dito ninguém aqui dos cinco que aqui estão deliberou em contrário, isso foi escrito, pensando que terá sido o PSD, dizia qualquer coisa nesse sentido que substituí, que punha em causa, tudo mais, não indo falar, estando apenas a comentar o que lhe foi feito e nunca este executivo trouxe proposta nesse sentido, nem nunca falou sobre isso a esta mesa sendo realmente aquilo que os distingue, é essa forma de fazer política, ou seja, houve uma proposta de preçário, ela foi deliberada negativamente, estando lá Fundo Municipal Social, transpondo para uma realidade e aqui consiste meramente, em distribuir a quem necessita, uma grande diferença com esta análise dos 3.000 participantes em cada realidade, está-se a falar de uma diferença bastante significativa, tendo-se escolhido esse caminho, e aqui se trouxe a proposta, mantém efetivamente essa proposta, continuando a dizer que ela é coerente, ela continuará nos módulos em que está criada a imagem ou a notoriedade do Nisa em Festa, irá continuar a fortalecer esse movimento associativo que se comporta e essa proposta vem diretamente aqui reforçar Bombeiros, IPSS para além daquilo que tem sido apanágio dizer, promovendo-se a cultura, dinamizando-se, o contexto local, o evento, responde democraticamente àquilo que é uma exigência, como qualquer outro município substitui-se àquela que é a programação cultural que devia de ser de cariz nacional procurando ter, as propostas da mesma forma como os demais concelhos têm ao nosso redor e olhando para o alto do Alentejo, umas têm maior



relevância, outros têm maior relevância, uns são eventos, outros são festas, outros são festivais, mas cada um deles tem o seu propósito e também tem a sua dimensão em termos daquilo que é o projeto e isto é aquilo que lhe apraz dizer, com respeito, com humildade relativamente àquilo que foi uma resposta, a Nota da Presidência foi uma resposta a muitas questões, a muitas dúvidas quer se levantaram, não tendo sido só quando é que sai o preçário, quando é que se começa a adquirir as pulseiras, essa resposta foi dada exatamente nesse sentido, não foi com maldade, pelo contrário, seria com maldade se não fosse um aspeto solidário, mas é um aspeto solidário que está aqui em causa e estava em causa, na primeira via, isso foi aquilo que foi aquele que pretendeu resumir sobre a sua ação.

- Vereadora, Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, disse que também com a sua humildade iria dizer algumas coisas, pensando estar a falar por todos, não sendo intenção desvirtuar o Nisa em Festa, solicitando que isso fique escrito em ata, mas que só querem a melhoria do Nisa em Festa, por isso é que estiveram aqui nesta reunião, dizendo que comparar as Festas de Nisa com o Avante, nome que poderia logo ter sido mencionado é comparar o incomparável, o Pedro Sampaio, o ano passado também teve aqui em Nisa por dez euros e depois veio ao Rock In Rio por cento e tal euros, aqui também é comparar comparar o incomparável, lá é uma festa para todos e eles é que a constroem, aqui não, aqui quem constrói são os funcionários da Câmara, ou empresas, sendo isto que está a dizer, não podendo comparar-se porque lá há muita coisa e aqui só há grupos musicais, lá há cinema, há feira, há muita coisa, há artistas, dizendo também gostaria de dizer que entre 2008 e 2009 houve muitas participações na políticas, foi isso que tentou dizer e agora não há, não se patrocinam, patrocinam-se de outra maneira, porque anda-se por cá e ninguém é parvo, querendo que fique aqui claro uma coisa que já disse numa reunião não sabendo se isso ficou escrito em ata, não convém esquecer que não se fizeram só maravilhas nestes 12 anos, não se destruiu o Concelho no tempo da CDU e não se deu um Concelho novo às pessoas no tempo do PS, também cá anda há muito tempo como o Senhor Presidente anda, não se podendo esquecer que também houve cá a Troika em Portugal e durante muito tempo os dinheiros da União Europeia não vinham para as câmaras ou não eram para as entidades públicas, todos os projetos foram feitos no tempo da anterior Presidente, que era a Gabriela Tsukamoto e que foram aprovados em 2011, o dinheiro só chegou em 2015, por isso é que a Senhora Presidente Idalina Trindade fez as obras que fez, porque se calhar alguém deixou o trabalhinho feito, e o Senhor Presidente pode ir ver as Atas.

- Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. **José Dinis Samarra Serra**, disse que isso não era verdade, bastando pensar no Complexo Termal, entre o valor de execução e o valor de financiamento é irrisório.

Antes de passar á votação do assunto, disse que convinha não esquecer que estavam a votar o benefício a Associações, Bombeiros, Santa Casa da Misericórdia de Montalvão, Santa Casa da Misericórdia de Arez, Santa Casa de Amieira do Tejo, Santa Casa da Misericórdia de Nisa, Santa Casa da Misericórdia de Alpalhão, Centro Social de Tolosa, Centro Social de Santana, e existindo um Estatuto dos Eleitos Locais perguntou se existia algum interesse da parte de alguns intervenientes por serem associados, desta realidade.



- Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. **José Dinis Samarra Serra**, disse que só tinha feito uma pergunta, não impediu ninguém de votar e que apenas perguntou se existe um estatuto dos eleitos locais, existe algum interesse da parte de alguns dos intervenientes por serem associados desta realidade?

- Vereadora, Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, perguntou na sequência, se hoje podia votar e o Presidente respondeu que ela é que sabia tendo a mesma referido que ficasse escrito em ata porque das outras vezes não pode votar, tendo o Senhor Presidente referido que não, não pode votar, não pode intervir em processos administrativos, atos ou contratos ou participar na apresentação, discussão de assuntos em que tenha interesse ou intervenção.

- Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, insurgiu-se dizendo que se não pode votar vai sair da sala e virá aqui alguém que possa votar. Referiu que a reunião tinha acabado, se o Presidente queria fazer assim que faça, afirmando serem todos irmãos de algumas dessas Misericórdias, afirmando que o Presidente não estava a agir corretamente. Referindo que não eram corpos dirigentes e esta é mais uma manobra do Senhor Presidente para controlar as votações. Que na próxima votação, quando viesse essa proposta viria quem não é irmão e que pudesse votar.

NOTA: Na presente Reunião Ordinária, no decorrer da discussão do ponto nº 4 "Proposta de preçário "Nisa em Festa 2026 e afetação solidária das receitas de bilheteira", após se terem verificado as intervenções dos Vereadores, Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino e durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, antes do assunto ter sido colocado á votação, retiraram-se da sala de reuniões os Senhores Vereadores Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Ana Cecília Manteiga Carrilho e João José Cabim Malpique Rufino, tendo o Senhor Presidente da Reunião e Câmara Municipal de Nisa, Dr. José Dinis Samarra Serra, declarado a impossibilidade de continuação da reunião, por falta de quórum na sala, sendo posteriormente reagendada, não tendo sido alvos de deliberação os pontos numerados de 4 a 34 relativos à Ordem de Trabalhos nº 17/2026 datada de 01/07/2026, tendo assim sido dada por encerrada a reunião quando eram 16H55.

PONTO Nº 5 – DOTSM - Deliberação: /2026

Pedido de Isenção de Taxas para a realização do Evento "Arraial de São Pedro", no dia 27 de junho de 2026, na rua de São Pedro, nº 31, na Sede da Sociedade Recreativa Alpalhoense, em Alpalhão. Requerente: Sociedade Recreativa Alpalhoense. RATIFICAR

Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho

Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

PONTO Nº 6 – DOTSM - Deliberação: /2026

Pedido de Isenção de Taxas para a realização do Evento “Festa de São João”, no dia 27 de junho de 2026, na rua do Poço, nº 31, em Amieira do Tejo. Requerente: Grupo Desportivo e Cultural de Amieira do Tejo. RATIFICAR

Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

PONTO Nº 7 – DOTSM - Deliberação: /2026

Pedido de Isenção de Taxas para a realização do Evento “Noite Branca”, no dia 03 de junho de 2026, no Largo do Calvário, em Alpalhão. Requerente: ASC - Associação Desportiva de Alpalhão Sport Clube. RATIFICAR

Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

PONTO Nº 8 – DOTSM - Deliberação: /2026

Arraial de São Pedro - Pedido de corte temporário de via, rua Marechal Gomes da Costa, em Nisa. Requerente: Inijovem de Nisa. RATIFICAR

Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

PONTO Nº 9 – DOTSM - Deliberação: /2026

Santa Casa da Misericórdia de Alpalhão - Arraial em honra de São Pedro. Corte de via, rua de São Pedro em Alpalhão (entre o Edifício do Iar e a Capela de São Pedro). RATIFICAR

Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

PONTO Nº 10 – DOTSM - Deliberação: /2026 Centro Social de Tolosa. Festa de São Pedro. Corte de via, rua do Mercado Novo em Tolosa. RATIFICAR

Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

PONTO Nº 11 – DOTSM - Deliberação: /2026

Pedido de Isenção de Taxas para a realização do Evento "Festas de Verão", nos dias 31 de julho, 1 e 2 de agosto de 2026, no recinto das festas em Arez, Requerente: Comissão de Festas de Arez.

Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

PONTO Nº 12 – DOTSM - Deliberação: /2026

Pedido de Isenção de Taxas para a realização do Evento "Festas em honra de Santa Ana", nos dias 13 a 17 de agosto de 2026, no Largo da Igreja em Monte do Arneiro.

Requerente: Associação Santana Comissão de Festas Arneiro, Pardo e Duque.

Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

PONTO Nº 13 – DOTSM - Deliberação: /2026

Pedido de Isenção de Taxas para a realização do Evento "Festas de Verão", nos dias 14 a 16 de agosto de 2026, no Largo do Terreiro, em Salavessa. Requerente: Comissão de Festas de Salavessa.

Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

PONTO Nº 14 – DOTSM - Deliberação: /2026

Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Srª da Graça. Festa em honra do Beato Diogo Mimoso (2026). Corte de trânsito no Largo Dr. José de Almeida.

Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

PONTO Nº 15 – DOTSM - Deliberação: /2026



Município de Nisa - Câmara Municipal
Reunião Ordinária da Câmara Municipal
de 06 de julho de 2026

Ata
Nº 17/2026

Pedido de colocação de Publicidade. Largo da Devesa, nº 32, Alpalhão. Requerente: Ivo José Becho Martins.

Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

PONTO Nº 16 – DOTSM - Deliberação: /2026

Pedido de autorização para abertura de vala, Rua dos Pelames em Alpalhão. Requerente: Ricardo António Poupino Semedo.

Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

PONTO Nº 17 – DOTSM - Deliberação: /2026

Reclamação nº 1.2026, rua do Castelo, nº 4, Amieira do Tejo. Requerente: União de Freguesias de Arez e Amieira do Tejo

Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

PONTO Nº 18 – DOTSM - Deliberação: /2026

Reclamação nº 6.2026, rua Capitão Pais de Moraes, nº 58, Nisa. Requerente: Roeland Marten Schoof.



Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

PONTO Nº 19 – DOTSM - Deliberação: /2026

Reclamação nº 8.2026, rua de Santo António nº 10, em Amieira do Tejo. Requerente: Marcelo Lemos, Paulo Manuel dos Santos Lourenço e Sónia de Matos Rodrigues Gonçalves da Encarnação.

Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

PONTO Nº 20 – DOTSM - Deliberação: /2026

Reclamação nº 18.2026, rua do Sobreirinho nº 54, em Salavessa. Requerente: Manuel Gordo Tremoceiro.

Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

PONTO Nº 21 – DOTSM - Deliberação: /2026

Reclamação nº 34.2026, rua do Fundo do Monte nº 15, Monte do Arneiro. Requerente: Patrícia Isabel Pires Carmona.

Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara

encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

PONTO Nº 22 – DOTSM - Deliberação: /2026

Informação prévia nº3.2026. Requerente: Wilker Pereira da Silva.

Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

PONTO Nº 23 – DOTSM - Deliberação: /2026

Processo de Legalização nº 1,2026. Carvalhal, Alpalhão. Requerente: Manuel Pedro de Sousa & Filhos, Ldª.

Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

PONTO Nº 24 – DOTSM - Deliberação: /2026

Processo de Legalização nº 4.2026, Avenida da República, nº 21, Tolosa Requerente: Lourenço Curado Carita.

Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho,

Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

PONTO Nº 25 – DOTSM - Deliberação: /2026

Alteração de Alvará de Loteamento nº5.77, rua Professor João Porto, nº22 em Nisa.

Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

PONTO Nº 26 – DOTSM - Deliberação: /2026

Pedido de Isenção de Taxas para a realização do Evento “Largada de Touros”, nos dias 9,10 e 11 de julho, no Campo de Futebol em Tolosa, Requerente: Associação Tolosa Em Festa.

Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

PONTO Nº 27 – DOTSM - Deliberação: /2026

Direito de Preferência: Rua do Engenho, nº 30 - Nisa, Requerente: João Maria Florindo Salgado de Góis.

Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

PONTO Nº 28 – DOTSM - Deliberação: /2026

Ocupação da Via pública com pendões da XXXII Mostra de Artesanato, Gastronomia e Atividades Económicas. Requerente: Câmara Municipal do Gavião.

Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

PONTO Nº 29 – OP - Deliberação: /2026

Contrato de Comodato "Cedência de sala da escola primária de Alpalhão - Aprovação de Minuta.

Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

PONTO Nº 30 – DSC - Deliberação: /2026

Pedido de colaboração do Município de Campo Maior no âmbito das Festas do Povo 2026.

Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

PONTO Nº 31 – DSC - Deliberação: /2026

Fornecimento de refeições aos alunos do Agrupamento de Escolas de Nisa.

Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

PONTO Nº 32 – SCPP - Deliberação: /2026

Aprovação do Relatório de Esclarecimentos do Júri do Concurso Público Beneficiação da Estrada Municipal 525-1. RATIFICAR

Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

PONTO Nº 33 – SF - Deliberação: /2026

Fundo de maneo/2026 da Seção de Contratualização Pública e Património.

Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

Ponto Nº 34 - SEA- Deliberação: 3/2025

Aprovação em Minuta das Deliberações que antecedem.

Relativamente ao assunto a que se faz referência, o presente ponto não foi alvo de análise, discussão e eventual aprovação, porque quando eram 16H55, o Sr.º Presidente da Câmara encerrou a reunião e deu a mesma por terminada, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei nº 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do



Município de Nisa - Câmara Municipal
Reunião Ordinária da Câmara Municipal
de 06 de julho de 2026

Ata
Nº 17/2026

Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

Encerramento da Reunião.

A presente Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nisa foi encerrada pelo Presidente da mesma, conforme previsto na alínea q) do nº 1 do art.º 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, quando eram 16h55, por se ter verificado a falta de quórum previsto no nº 1 do art.º 54º da anteriormente referida Lei 75/2013, uma vez que no decorrer da discussão do ponto nº4 e antes daquele ser posto á votação, durante a intervenção do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, os Vereadores Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Senhor João José Cabim Malpique Rufino retiraram-se da sala.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, conforme o disposto no nº 1 do art.º 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é constituída por 28 folhas, devidamente numeradas e rubricadas e vai ser assinada nos termos do disposto no nº 2 do referido art.º 57º, pelo Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. José Dinis Samarra Serra e por mim, António da Piedade Pimpão Crespim, Coordenador Técnico do Mapa de Pessoal por Tempo Indeterminado da Câmara Municipal de Nisa, da Secção de Expediente e Arquivo, que a elaborei na qualidade de Secretário.

O PRESIDENTE DA REUNIÃO,

(Dr. José Dinis Samarra Serra)

(Presidente CM Nisa)

O COORDENADOR TÉCNICO,

(António da Piedade Pimpão Crespim)

(Secretário)

MUNICÍPIO DE NISA – CÂMARA MUNICIPAL

Ata presente em Reunião Ordinária, realizada no dia 17 de agosto de 2026 e aprovada por: MAIORIA

- Favor: 3 (três) votos (CDU+PSD)
- Contra: () voto com Declaração de Voto ()
- Abstenção: 2 (duas) voto (CDU)